



POR UM TURISMO DE INCLUSÃO: ANÁLISE DAS POLITICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Laís Catarine de OLIVEIRA (1); Marcius Tulus S. FALCÃO(2)

- (1) Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará Endereço: Rua Adolfo Herbster, 96 C, Fortaleza/CE Telefone: 85-87126983, e-mail: laiscatarine@yahoo.com.br
(2) Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, e-mail: marcius@cefetce.br

RESUMO

O turismo vem despontando desde as últimas décadas do século XX como uma viável atividade econômica, mas ela não é só isso. Contudo a forma como não foi planejada, e quando planejada pelo poder público resultou em vários impactos negativos, inclusive no comprometimento social. Mas se bem planejado, com foco na sua face social, a realidade poderá ser outra. Em face dessa potencialidade do turismo na construção do desenvolvimento com inclusão social, tem-se como objetivo deste trabalho analisar as políticas públicas de turismo na contemporaneidade, buscando compreender os esforços da atual gestão pública federal em fazer do turismo instrumento de desenvolvimento socioeconômico, contribuindo no alívio a exclusão social no Brasil do século XXI. A partir da análise histórica das políticas públicas de turismo no Brasil, usando de compilação bibliográfica, chegou-se metodologicamente a análise discursiva do Plano Nacional de Turismo (2003-2006), tendo como principal foco a inclusão social proposta pelo plano. Como resultado, percebeu-se o amadurecimento do poder público quanto às políticas públicas, abordando o turismo enquanto sistema socioeconômico, porém na prática, estes avanços não induzem a inclusão social.

Palavras-chave: Turismo, Políticas Públicas, Inclusão Social.

1. INTRODUÇÃO

O notório crescimento econômico acarretado pelo turismo nas últimas décadas desperta o interesse mundial por esta promissora atividade. Devido ao seu poder econômico e aos lucros advindos desta rentável atividade, o turismo instiga a sociedade e o poder público a investirem em sua estruturação.

Porém, nas três últimas décadas do século XX, com o fortalecimento dos ideais neoliberais houve uma maior preocupação em fortalecer a economia de mercado mundial e uma menor preocupação com o desenvolvimento social, de forma que os países mais pobres, sem condições de competir com os países mais ricos, acabaram excluídos desse processo. Esse alijamento contribuiu de certa forma, para um maior enriquecimento dos países ricos que se desenvolveram a custa de promessas do fim das desigualdades existentes entre estes.

O turismo se planejado coerentemente numa proposta de sustentabilidade com base local, ele pode, ao invés de gerador de impactos sociais, ser um potencial instrumento para a inclusão social. Ele necessita de políticas públicas que conduzam a isto.

Face o reduzido número de pesquisas sobre o turismo e da já reconhecida potencialidade do setor na diminuição das desigualdades, sendo fator considerável na construção do desenvolvimento, surge a necessidade de pesquisar as raízes do turismo no Brasil para compreender melhor suas relações e abrangências, contribuindo para um novo direcionamento da atividade turística, onde o poder público, os empresários e a comunidade deixem de investir no crescimento quantitativo do turismo e passem a enxergar o grande potencial social do setor, construindo uma nova atividade pautada no planejamento e na responsabilidade social, fato observado no caminhar das políticas públicas para o setor, onde é possível identificar avanços no direcionamento do turismo, como visto no Plano Nacional de Turismo (2003-2006).

Na certeza da potencialidade do turismo na diminuição das desigualdades, sendo fator considerável na construção do desenvolvimento com inclusão social, objetiva-se neste trabalho analisar as políticas públicas de turismo na contemporaneidade, usando como método compilação de bibliografia na construção do processo histórico das políticas públicas de turismo, até o Plano Nacional de Turismo (2003-2006), em relação ao foco especificado neste quanto à inclusão social através do turismo, buscando compreender os esforços da atual gestão pública em fazer do turismo instrumento de desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a inclusão social no Brasil do século XXI.

2. VISÃO ECONOMICA X VISÃO SOCIAL DO TURISMO

O turismo sempre motivou deslocamentos, mas foi depois da Segunda Guerra Mundial que a atividade turística adquiriu maior importância ao impulsionar a economia mundial. No final do século XX o turismo voltou a ser discutido, não só pelo seu viés econômico, mas também pela sua função social integradora no processo de globalização que estava emergindo.

Entretanto, o poder desmedido e a falta de visão social (TRIGO, 2003), corromperam os aspectos positivos da globalização, criando um imenso abismo socioeconômico, ou seja, dois mundos antagônicos (ricos – desenvolvidos X pobres – subdesenvolvidos), cada vez mais distantes, contaminando também o turismo.

A visão econômica construída em torno do turismo, ao longo de sua exploração, encobriu o alcance social da atividade, dificultando as mudanças sociais prometidas com seu desenvolvimento. Trigo(2003), ao analisar essa questão é enfático ao dizer que a cegueira situacional de encarar o turismo apenas pelo seu lado econômico ou administrativo, quando há fortes correntes internacionais que procuram vê-lo como fenômeno social, político, cultural, ambiental (também econômico, claro), mas não reduzido exclusivamente a cifras e fórmulas estereotipadas.

A concepção do turismo tratado historicamente como um produto para equilibrar balanças econômicas, tem dado mostras de ser um dos fatores do atraso dessa atividade, especialmente no que se refere à sua função social e, por conseguinte, ser uma atividade pouco conhecida, cuja definição e abrangência ainda sujeitam discussões e debates no mundo acadêmico, que, por não comprovar a origem científica do turismo, repudia-o como algo menos nobre e que não traz consequências positivas na diminuição das desigualdades sociais(DIAS, 2003).

Pesquisadores do turismo tentam derrubar o ceticismo acadêmico sobre a cientificação da atividade através da investigação das características do turismo, criando um escopo próprio, explicando o processo produtivo e de consumo do turismo que leva em consideração as relações sociais espaciais e historicamente constituídas entre os homens e destes com seu meio (LEMOS 2001). Para tal, faz-se uso da interdisciplinaridade do turismo, disciplinas ligadas diretamente a este, observando todas as suas interfaces, fronteiras compartilhadas com uma série de outras atividades do homem em sociedade(BARRETTO e REJOWSKI, 2001), concorrendo para que o fenômeno turístico aconteça.

Como solução, Jafari e Ritchie (1975) confirmam que por ser um tema de estudo de diversas disciplinas, o turismo pode usar da interdisciplinaridade e partir para a formação de um corpo

teórico que responda a seus problemas de base e que seja aceito pela comunidade acadêmica (apud PANOSSO NETTO, 2003)

Tendo o turismo conceitos e significados diferentes para cada área de conhecimento que o estuda, as suas definições seguem também diferentes linhas de pensamento. A definição de turismo de Hunziker e Krapf (apud LEMOS, 2003), por exemplo, é uma das mais antigas, defendendo ser este o fenômeno originado pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocamentos não sejam utilizados para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.

A Organização Mundial de Turismo – OMT (2003), com uma definição mais específica diz ser turismo: as atividades desenvolvidas por pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos.

O caráter econômico do turismo fica claro na definição do Departamento de Turismo e Recreação, citada por Beni (1998) como sendo o turismo uma importante indústria nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transportes, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins (LEMOS, 2001), demonstrando o turismo como uma indústria, um coletivo de empresas visando à lucratividade.

Em sua busca pela epistemologia do turismo, Moesch (1991 apud BARRETO e REJOWSKI, 2001), demonstra o sentido social e holístico do turismo, afirmando que este é bem mais do que estas definições reducionistas: é um fenômeno com consequências culturais, sociais, políticas, comunicacionais que deve também ser estudado, principalmente por ter se convertido em direito, desejo de todos os cidadãos de qualquer classe social e de qualquer sociedade seja ela desenvolvida ou não.

Através destas definições, torna-se possível mostrar como o turismo vem se firmando ao longo de sua recente história como ciência humana e social, ainda que seus efeitos econômicos sejam os que mais se destacam.

3. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Política Pública é definida como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito dirigido a atender às necessidades de toda a sociedade (DIAS, 2003). Por tratar do bem comum, as políticas públicas pressupõem ações exclusivas do Estado, buscando satisfazer ao interesse público.

Como os demais setores ligados diretamente às necessidades sociais (educação, saúde, etc.), o turismo, atividade reconhecida por sua importância sócio-econômica, tem nas políticas públicas a oportunidade de se ordenar, objetivando seu desenvolvimento, como afirma Cruz (2001) ao definir políticas públicas de turismo como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou

ações
deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

A intervenção estatal é responsável por definir como e qual modelo de desenvolvimento deseja-se atingir. No turismo, o Estado é quem planeja, estabelece objetivos e metas, definem as parcerias, concede incentivo financeiro e fiscal, investe na promoção e divulgação, sendo o principal regulador da atividade, atuando no controle mercadológico e na legislação e fiscalização do setor.

No Brasil, a visão econômica e imediatista sobre o turismo desde o início de sua exploração na década de 30, época em que se começou a falar sobre turismo no país, acarretaram impactos sociais e ambientais catastróficos. O Estado incentivava a iniciativa privada a investir em empreendimentos turísticos, principalmente na construção de hotéis, dando ao setor privado o poder de decidir sobre

as ações e o direcionamento da atividade turística no país, não havendo a preocupação com a participação da comunidade nem tão pouco com os impactos negativos gerados pela falta de planejamento e controle sobre o turismo.

Desde 1938, quando foi regulamentado o primeiro Decreto-lei referente à atividade turística (Decreto-Lei 406 de 04 de maio de 1938), até o ano de 1966, onde se define pela primeira vez a necessidade de uma política nacional de turismo, (através do Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966), (CRUZ, 2001), o turismo era desacreditado pelo Estado, não constando como prioridade entre as políticas federais de desenvolvimento, sendo regido por diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e turismo (CRUZ, 2001), jogado entre os setores da administração pública sem nenhum órgão que se responsabilizasse exclusivamente pela gestão do turismo.

Em 1996, a definição da política nacional de turismo juntamente com a criação do Conselho Nacional de Turismo – Combratur e a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, retratam o início do reconhecimento do turismo enquanto atividade propulsora de desenvolvimento. Ainda que limitadas, são traçadas as primeiras diretrizes na história do turismo brasileiro para uma política nacional de turismo, além dos incentivos fiscais e financeiros que privilegiavam a atividade.

Entre 1966 e 1991, o poder público tentou regulamentar o desenvolvimento do turismo no Brasil, porém, as limitações e falhas na formulação e fiscalização das diretrizes não atendiam a abordagem estrutural e totalizante que o setor necessitava, tornando inevitável a reformulação da política nacional de turismo de 1966. Em 1991, A Embratur é reestruturada, passando de empresa pública à autarquia especial, tendo sua denominação modificada para Instituto Brasileiro de Turismo, com o objetivo de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo – PNT (CRUZ, 2001), conforme lei 8.181 de 28 de março de 1991. Há uma profunda alteração da política turística que era altamente centralizada e passa a preconizar uma grande descentralização.

Apesar do aumento da demanda e a maior atração do fluxo de turistas internacionais, com maior poder aquisitivo, o que levou a necessidade de modernização da estrutura turística e das políticas empregadas, o país passava por uma grande crise econômico-administrativa e as mudanças somente vieram a ocorrer de fato com a instituição da Política Nacional de Turismo do período 1996-99, apresentando estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo Estado e pela iniciativa privada com a finalidade de promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento sócio-econômico do país (Brasil, 1996, apud Dias, 2003).

Na história das políticas federais de turismo, a Política Nacional de Turismo (1966-1999), representa um salto qualitativo em relação à visão de turismo até então difundida pelo poder público. Em meio à política neoliberal de neoliberal vigente no Brasil, a importância econômica que a atividade adquiria impulsionava um (re) ordenamento espacial do turismo (CRUZ, 2001).

A Política Nacional de Turismo (1996-1999) tem como prioridade orientar as ações do setor público rumo ao desenvolvimento sustentável, investindo na capacitação e qualificação profissional, preparando a população para o despertar de uma conscientização para o turismo, apostando na atividade como forma de combater as desigualdades regionais, dando aos municípios e estados autonomia administrativa, tentando adequar às ações políticas a realidade e potencialidades de cada região.

Embora o novo direcionamento das políticas públicas de turismo tenha impulsionado o turismo no Brasil, não havia a preocupação com a inclusão social e a participação das comunidades no processo de construção do desenvolvimento, usando de políticas assistencialistas como forma de compensar os impactos sociais gerados pela economia neoliberalista.

Em 2003, com a mudança de governo, o turismo ganhou ministério exclusivo, deixando de ser jogado entre os órgãos federais como ocorrido por toda a história do turismo no Brasil, conquistando lugar de destaque na gestão pública. Apesar de seguir os mesmos caminhos trilhados

pela gestão anterior, a atual administração pública desperta para a inclusão social e focaliza seus programas para a participação da comunidade como um dos atores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável, na tentativa de construir o equilíbrio social desejado, reconhecendo o turismo como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis sociais.

3.1 Políticas Públicas de Turismo na Contemporaneidade: Análise do Plano Nacional de Turismo (2003-2006) Quanto à Inclusão Social

No Brasil, o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) configura-se como um marco na história do turismo, onde este foi priorizado através da implantação de um ministério específico para o setor, estando integrado à macro estratégia do país e cumprindo papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2003), em concordância com o direcionamento estimulado pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que reconhece no turismo oportunidade para combater e solucionar as situações de pobreza (CORIOLANO, 2006).

O comprometimento com o turismo aparece nas palavras do Presidente Lula, ao apresentar o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), quando diz que a concretização deste compromisso coloca o setor como uma das grandes prioridades do governo, estando integrado a macroestratégia do país e cumprindo papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2003).

O Plano Nacional de Turismo (2003-2007) foi entregue à sociedade em 29 de abril de 2003, elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, devendo, segundo Beni (2006) funcionar como o elo integrador entre as esferas de decisão governamental representada pelos segmentos oficiais do sistema e os beneficiários e usuários dessa política. No seu interior encontram-se as diretrizes e políticas básicas que expressam os caminhos para atingir objetivos nacionais para o turismo.

O referido Plano representa o pensamento da gestão pública e as ações e direcionamentos para se chegar ao desenvolvimento do setor. Sua elaboração mostra a intenção do governo em gerir de forma integrada com os demais órgãos e entidades interessadas na organização da atividade, ao aceitar a participação de todos os atores do turismo nacional na discussão do Plano, através de inúmeras reuniões realizadas em pontos estratégicos regionais, tendo um maior contato com a realidade do espaço turístico, ouvindo as críticas e sugestões de quem vivencia de fato o turismo no Brasil.

A preocupação com a descentralização da gestão do turismo, iniciadas desde o governo Cardoso, porém em menor proporção e sem muito preparo dos gestores estaduais e municipais (para então compreender e desempenhar de forma eficiente suas funções), fica evidenciado no Sistema Nacional de Gestão do Turismo, onde os municípios serão incentivados a criar os Conselhos Municipais de Turismo e organizarem-se em consórcios para formar roteiros integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos (BRASIL, 2003),

fortalecendo o desenvolvimento do turismo em âmbito regional, diminuindo gastos, juntando forças e criando produtos mais competitivos no mercado turístico nacional e internacional.

Comparando com as políticas públicas para o turismo em governos anteriores, a maior conquista das políticas do governo Lula é o reconhecimento de que o turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participem do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais (Brasil, 2003). Este direcionamento demonstra a preocupação com a interface social do turismo até então renegada a segundo plano diante do promissor crescimento econômico a exemplo de outros países que apostarem na atividade, buscando unir forças econômicas e sociais na construção das novas bases para o desenvolvimento do turismo.

Atividades como turismo, devido a seu efeito multiplicador, oferecem oportunidades reais para todos os segmentos sociais, desde empresas privadas de pequeno e grande porte até o benefício dos

mais pobres, tornando viável investir na quebra das amarras históricas através de novos paradigmas que priorizem o crescimento com equidade social.

Mesmo com o considerável crescimento nos últimos anos, o turismo no Brasil está muito aquém das expectativas para o primeiro mandato do governo Lula. Apesar da maior entrada de divisas, mais empreendimentos e maior número de emprego no setor, o Brasil mostra-se ainda pouco competitivo no turismo, ocupando apenas a 59ª posição no ranking dos 124 países mais competitivos para receber investimentos no turismo, conforme divulgou a OMT. (PACHECO, 2007).

Os números demonstram um aumento pela procura do Brasil como destino internacional, onde no ano passado 46,3 milhões de passageiros movimentaram os aeroportos brasileiros em vôos regulares e fretados, significando um aumento de 7,38% em relação a 2005 com 43 milhões de desembarque doméstico (PACHECO, 2007). Os turistas estrangeiros, principalmente europeus, deixaram em 2006 4,3 bilhões de dólares no Brasil, um aumento de 11,77% em comparação com 2005(idem).

Porém observando que a demanda estrangeira concentra a renda nas grandes operadoras e empresas hoteleira, o governo Lula investe para os próximos anos do 2º mandato (2007-2010), na dinamização do turismo doméstico (PACHECO, 2007), buscando oferecer incentivos que propicie as diversas classes sociais participar da atividade turística, seja enquanto turista, desfrutando das belezas do país para o lazer, seja se beneficiando economicamente, e melhorando a renda, dando maior oportunidade aos trabalhadores do turismo.

Se economicamente o turismo não alcançou os resultados visados pelo governo atual (1º mandato), tão pouco se chegou a superar as expectativas quanto à inclusão social, não conseguindo driblar os entraves econômicos e políticos enraizados na história das políticas sociais no Brasil, percorrendo a linha do tempo com os mesmos problemas do século passado.

4. ESTADO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Apesar do poder público reconhecer o turismo em seus discursos políticos como uma atividade propiciadora de melhorias e benefícios sociais, pouco ainda se faz, na prática, para que as comunidades que apostam no desenvolvimento gerado com o turismo venham a vivenciá-lo. Sirkis (1999) fala que o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida humana. Ser um processo que permita aos seres humanos realizarem seu potencial, plenamente, e levar vidas dignas e satisfatórias. O crescimento econômico é parte importante do desenvolvimento, mas não pode ser um objetivo em si mesmo. O desenvolvimento só é real se tornar nossas vidas melhores (apud OLIVEIRA e ENDRES, 2003).

A ânsia pelo lucro fácil e em curto prazo impede que o Estado aja eficazmente na diminuição das desigualdades sociais, herança do voraz mercado globalizado. A este, como representante do poder democraticamente dado pelo povo, cabe planejar o desenvolvimento social, buscando através de suas ações preservar o bem comum

(ambiental e cultural), economicamente equilibrado, tendo como principal objetivo proporcionar qualidade de vida a todos (educação, moradia, alimentação, cidadania). O Estado, em todos os níveis ainda é o único agente capaz de articular amplas forças da sociedade numa perspectiva de planejar o desenvolvimento identificado com a preservação do meio ambiente, socialmente justo e economicamente viável. O turismo tem condições de ser incorporado como uma das variáveis mais importantes dentro de qualquer proposta de planejamento do desenvolvimento (DIAS, 2003).

O planejamento é uma condição necessária para nortear o processo de desenvolvimento não só no turismo, mas de todos os setores sociais. É a partir de um planejamento fincado em objetivos sólidos, comprometidos com as questões sociais que se desenha uma nova sociedade, com valores humanísticos, vendo a economia como uma forma de prover bem-estar e não como domínio das

relações humanas. No uso do poder público, o planejamento é estabelecido pertinentemente por Rattner (1979), como uma técnica de tomada de decisão que dá importância para a escolha de objetivos bem determinados e indica os meios mais apropriados para atingi-los (apud DIAS, 2003).

No Brasil como nos demais países latino-americanos, a influência dos organismos internacionais de governos de países europeus e da América do Norte como detentores do capital e investidores econômicos fez com que as políticas de desenvolvimento fossem planejadas como forma de satisfazer as exigências e requisitos econômicos internacionais (DIAS, 2003), deixando de atender as necessidades das demandas sociais locais.

As políticas públicas aparecem como forma de remediar os impactos da voraz exploração econômica sobre um povo ludibriado por sonhar com uma vida digna e acreditar nas promessas de dias melhores. Instrumentos governamentais, sendo a ação intencional do Estado junto à sociedade (BELLONI, MAGALHÃES E SOUZA, 2003), as políticas públicas acabam por perder seu cunho desenvolvimentista, capaz de promover as mudanças sociais, tornando-se assistencialistas e controladoras, mantendo suas rédeas firmes para impedir que a sociedade descubra-se joguete nas mãos do capitalismo globalizado, enquanto cresce o número de miseráveis.

No turismo, como nos demais setores da sociedade, políticas públicas mal planejadas e ineficazes aumentam a exclusão social, propiciando a concentração de renda, o aumento da prostituição e exploração sexual infantil, além do investimento em projetos fora da realidade (TRIGO, 2003), que ao invés de desenvolver ajuda a aumentar os abismos sociais.

A OMT define os papéis do setor público no desenvolvimento turístico, responsabilizando-o pela política, planejamento e pesquisa, proporcionando uma infra-estrutura básica, desenvolvendo alguns atrativos turísticos, fixando e administrando padrões para instalações e serviços turísticos estabelecendo e administrando regulamentos para o uso da terra e proteção ambiental, determinando padrões para a educação e o treinamento para o turismo, além de estimulá-los, mantendo a segurança e a saúde pública e algumas funções de marketing (2003).

No Brasil, o direcionamento do setor público no turismo foi marcado por políticas milagrosas para resolver os problemas do país. Os investimentos e incentivos eram marcados pela urgência em crescer quantitativamente, sem nenhuma preocupação com a qualidade do planejamento elaborado para o setor por profissionais incapacitados, sendo o turismo assinalado pelo amadorismo e improvisação que marcaram toda a cadeia produtiva, do planejamento à implantação, gestão e operação turística (TRIGO: 2003).

Porém, para trilhar o caminho das mudanças sociais faz-se necessário planejar o turismo partindo de uma visão integrada, onde o envolvimento com amplos setores sociais fortaleça e/ou redefine as perspectivas de desenvolvimento. Além da reestruturação econômica do turismo, deixando de pensar na atividade apenas como forma de crescimento financeiro e promovendo ações em longo prazo, comprometidas com o desenvolvimento, o turismo deve ser encarado como uma atividade que apresenta inter-relações com os mais diversos segmentos que compõem a estrutura administrativa (Dias, 2003).

A falta de integração entre as políticas dos diversos setores governamentais (educação, saúde, esporte, turismo, etc.) acaba por enfraquecer o potencial desenvolvimentista dessas políticas que deixam de agir em conjunto, o que auxiliaria nas deficiências entre os setores, economizando verba pública, tempo, capacidade técnica, etc. agindo isoladamente, sem grandes mobilizações. Beni (2006) entende que as políticas públicas de turismo no

Brasil sempre tiveram impacto sobre o setor propriamente dito e sobre os Estados e Municípios, o que poderia justificar, em parte, desacertos acerca da ausência constante de uma orientação maior

que indicasse explicitamente objetivos, metas, prioridades e metodologia na elaboração de projetos e programas. Tais políticas também sofreram com a ausência de uma integração com outras políticas setoriais.

A quase inexistência da articulação das políticas públicas de turismo com outras políticas setoriais é vista como uma falha que compromete a efetividade das políticas de turismo, considerando a íntima relação do setor com espaços urbanos e infra-estrutura essenciais para o fazer turístico, além dos ambientes naturais e culturais que constituem atrativos de uso turístico, sendo fundamental o diálogo entre as políticas dos mais diversos segmentos públicos para o bom direcionamento e desenvolvimento do turismo.

A articulação entre políticas de turismo e outras políticas setoriais é importante também no sentido de afirmar a política de turismo como tal. Uma política de turismo não tem que ser uma política urbana ou de transportes. Ao assumir papéis que não lhe cabem, as políticas nacionais de turismo deixam de cumprir funções que lhes são inerentes, como por exemplo, aquelas relativas à democratização do turismo interno. Há muito tempo se fala nisso no Brasil, mas jamais se viu isto acontecer (CRUZ, 2002).

Faz-se essencial que no Brasil, o turismo, além de ser lembrado como grande possibilidade econômica tenha na vontade política o incentivo e apoio necessário, para que de forma planejada e estruturada, possa alcançar seu propósito social, fazendo com que o discurso de que todos ganham com o turismo não seja superficial e que sua exploração não seja mais uma vez para privilégio e enriquecimento de poucos em detrimento do empobrecimento da maioria já massacrada pelo excludente sistema econômico, tornando concreto o antigo anseio de inclusão social e bem-estar para toda a população.

Apesar dos avanços nas políticas públicas de turismo nos últimos anos, o fator social que seria o principal objetivo do turismo não é realmente vivenciado. Houve a popularização da atividade turística, o número de turistas internos e externos cresce a cada ano e o setor se moderniza com melhor estrutura de apoio e maior diversificação de produtos oferecidos, além da propagação do número de destinações que apostam no turismo. Porém, grande ainda é a distância entre o crescimento e o desenvolvimento. O compromisso do governo com a problemática social não ocorreu de fato e o turismo, promessa de desenvolvimento e bem-estar acaba por excluir ainda mais as comunidades e aumentar as desigualdades sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os avanços do turismo na contemporaneidade. O reconhecimento do papel social do turismo e seu fortalecimento através das políticas públicas para o setor demonstram o novo direcionamento do turismo no Brasil. Porém, os resultados dessa nova forma de pensar o turismo, na prática, ainda se mantêm distante do desenvolvimento social esperado.

Apesar do Ministério do Turismo apresentar atualmente estrutura institucional correta e apta a planejar o espaço turístico nacional (BENI, 2006), esta maturidade não é vivenciada a níveis estadual e municipal, onde se percebe a ausência de potencial técnico e estrutural para promover o desenvolvimento do turismo em âmbito regional e local, impossibilitando a vivência das mudanças propostas pelo Ministério no cotidiano das comunidades residentes.

O turismo na atualidade tenta reverter às ações devastadoras da exploração econômica do turismo. Na era da tecnologia informacional, a sociedade mais consciente de seus atos desastrosos para com o meio ambiente, busca estar mais ativa diante dos problemas a sua volta até então encarados como de responsabilidade governamental.

De certo, o turismo não pode ser visto isoladamente como propiciador do desenvolvimento. Sozinho ele não é capaz de gerar todas as melhorias necessárias para o bem-estar da população. Apenas com parcerias entre os setores administrativos, com programas conjuntos que integrem as esferas públicas, otimizando os recursos e as ações em prol do desenvolvimento.

Enfim, muitos são os desafios para se chegar à inclusão social de forma justa e equilibrada, mesmo diante de notórios avanços políticos na gestão do bem-público, ainda caminhamos a passos lentos diante de tantos entraves socioeconômicos.

Não sendo a inclusão social um assunto finito, nem tão pouco sendo este o objetivo deste trabalho, torna-se preciso considerar o amadurecimento da atual gestão pública em repensar o turismo buscando analisar os caminhos seguidos até agora, avaliando as estratégias, retrocedendo em conceitos até então enraizados, esforçando-se em minimizar os danos sociais e proporcionar melhor qualidade de vida para todos, sendo esta conquista condicionada a parceria entre sociedade, poder público e entidades interessadas no crescimento do setor, construindo as bases sólidas para o um futuro alcance do desenvolvimento sustentável do turismo e a efetiva inclusão social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian (orgs.). Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de e SOUSA, Luzia Costa. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2000.
- BENI, Mario Carlos. Política e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2006. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>> acessado em 25 de junho de 2003.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. Teixeira. O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.
- CRUZ, Rita de Cássia. Políticas Públicas e Território. São Paulo: Papyrus, 2001.
- CRUZ, Rita de Cássia. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Significado, Importância, Interfaces com Outras Políticas Setoriais. In: Anais – V Encontro Nacional de Turismo com Base Local – V ENTBL. Brasília, D.F., 2002, p. 25 a 38.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEMOES, Leandro de. O Valor Turístico: (re) definindo a economia do turismo. In: BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian (orgs.). Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 69 a 103.
- PACHECO, Paula. Novo Destino do Turismo. In: Lances e Apostas. Revista Carta Capital, 02 de maio de 2007, p. 54-56.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luis Gonzaga Godoi. Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003.
- OLIVEIRA, Laís Catarine; ENDRES, Ana Valéria. O planejamento do turismo sustentável em Sousa – PB: O Vale dos Dinossauros e a questão da participação. In: CORIOLOANO, Luzianeide Menezes Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (orgs.). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Trad. NETZ, Sandra. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- SIRKIS, Alfredo. Ecologia Urbana e poder local. Rio de Janeiro: Fundação Onda Azul, 1999.